



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 Itaituba



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Oswaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução.....	8
-----------------	---

Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza.....	9
---	---

1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
--------------------------------------	---

2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
--	----

Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	11
--	----

3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
---	----

4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
---	----

Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar.....	14
--	----

5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
--	----

6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
--	----

Objetivo 4 - Educação de Qualidade.....	17
--	----

7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
---	----

8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
--	----

Objetivo 5 - Igualdade de Gênero.....	19
--	----

9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
--	----

10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
---	----

Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento.....	22
--	----

11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
---	----

12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23
---	----



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
	13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24
	14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
	15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27
	16 – PIB per capita.....	28
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
	17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30
	18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
	19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
	20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34
	21 – Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
	22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37
	23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
	24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
	25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
	26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43
	27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
	28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45
	29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
	30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48
	31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Itaituba x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Itaituba x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Itaituba x RI Tapajós x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Itaituba x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Itaituba x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Itaituba x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Itaituba x RI Tapajós x Pará (2019- 2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Itaituba x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Itaituba x RI Tapajós x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Itaituba x RI Tapajós x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Itaituba x RI Tapajós x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Itaituba x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Itaituba x RI Tapajós x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Itaituba x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Itaituba x RI Tapajós x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Itaituba x RI Tapajós x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Itaituba x RI Tapajós x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Itaituba x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Itaituba x RI Tapajós x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Itaituba x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Itaituba x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Itaituba x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Itaituba x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Itaituba x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Itaituba x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Itaituba x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Itaituba x RI Tapajós x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Itaituba x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Itaituba x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Itaituba x RI Tapajós x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Itaituba x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Itaituba x RI Tapajós x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores — governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas — e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamento

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do *Observatório ODS-FAPESPA*, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Itaituba (PA)**.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



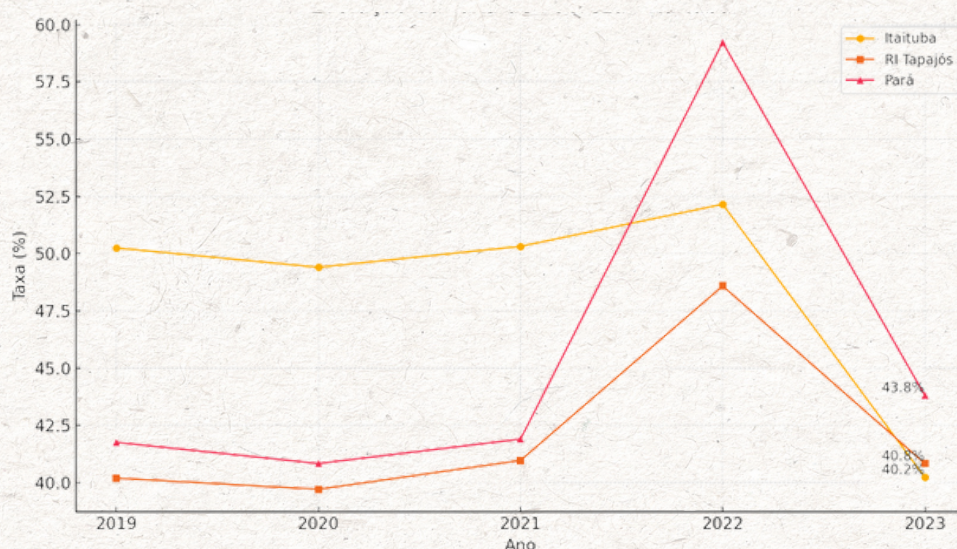
Evolução da Taxa de Pobreza

No município de Itaituba, a taxa de pobreza manteve-se relativamente estável entre 2019 e 2021, oscilando levemente entre 50,3% e 50,7%. Em 2022, houve um salto expressivo para 52,3%, refletindo um possível agravamento das condições socioeconômicas locais — provavelmente influenciado pelos efeitos tardios da pandemia e pela alta da inflação. No entanto, em 2023, observou-se uma reversão significativa dessa tendência, com queda para 40,8%, sinalizando possível melhora nos indicadores sociais ou metodologias de apuração mais refinadas (Gráfico 1).

Na Região de Integração do Tapajós, o comportamento foi similar, com a taxa oscilando em torno de 40% entre 2019 e 2021, seguida por uma elevação abrupta para 48,5% em 2022. Tal aumento indica que o fenômeno não foi isolado em Itaituba, mas refletiu uma dinâmica regional. Em 2023, houve queda expressiva para 40,2%, voltando aos patamares anteriores à crise, o que reforça a hipótese de uma recuperação regional coordenada ou influenciada por políticas públicas setoriais (Gráfico 1).



Gráfico1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Itaituba x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 40,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

Em Itaituba, as despesas públicas com serviços essenciais apresentaram trajetória descendente de 2019 (62,6%) até 2021 (54,7%), evidenciando um período de retração nos investimentos ou priorização de outras áreas. A partir de 2021, observa-se uma recuperação gradual, culminando em 63,5% em 2023, o maior valor da série. Essa retomada pode indicar reposicionamento orçamentário voltado à reconstrução da capacidade dos serviços públicos após os impactos da pande-

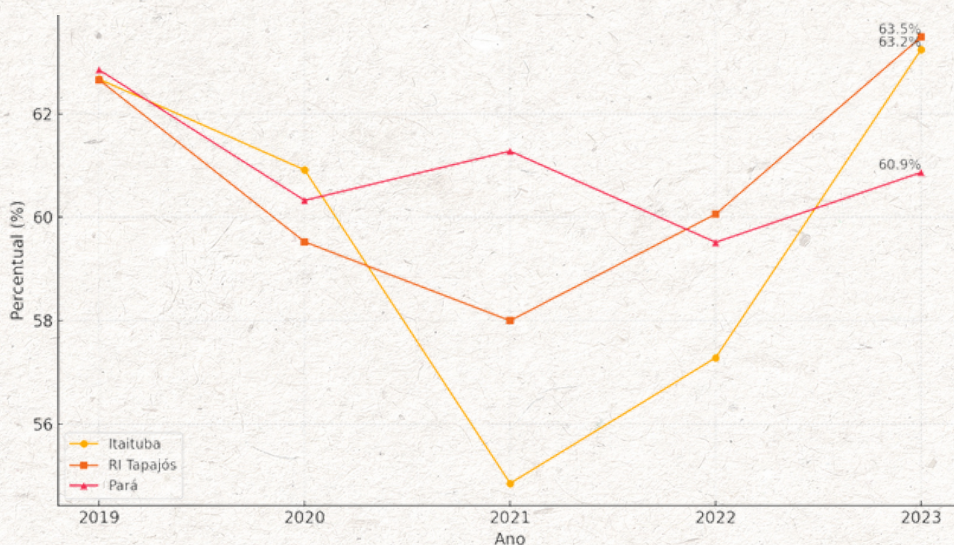
mia (Gráfico 2).

Na RI Tapajós, a trajetória seguiu tendência semelhante, embora com menor intensidade de variação. De 62,7% em 2019, o percentual caiu para 58,0% em 2021 e recuperou-se para 63,2% em 2023. A menor oscilação em comparação a Itaituba sugere maior estabilidade orçamentária regional ou maior capacidade de amortecer flutuações econômicas em períodos críticos (Gráfico 2).

Para o estado do Pará, a despesa com serviços essenciais teve variações mais suaves, iniciando em 62,8% em 2019, caindo para 60,3% em 2020, recuperando-se levemente até atingir 60,9% em 2023. Ainda que a recuperação não tenha alcançado o patamar inicial, a trajetória estadual demonstra certa resiliência, sem quedas bruscas e com capacidade de estabilização nos anos seguintes à pandemia (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Itaituba x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.

Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

Em Itaituba, a prevalência de crianças com baixo peso ao nascer iniciou em 6,3% em 2019 e apresentou redução em 2020 (6,0%), sinalizando possível melhoria nas condições de saúde materno-infantil. No entanto, o indicador subiu em 2021 (7,3%), recuou levemente em 2022 (7,0%) e teve um salto significativo em 2023, atingindo 9,0%. Essa oscilação, culminando em um pico no final da série, pode refletir retrocessos nos determinantes sociais da saúde, como insegurança alimentar, acesso ao pré-natal ou desigualdade na cobertura dos serviços de saúde (Gráfico 3).

Na Região de Integração do Tapajós, a trajetória foi semelhante, com queda entre 2019 (6,7%) e 2020 (6,2%), se-

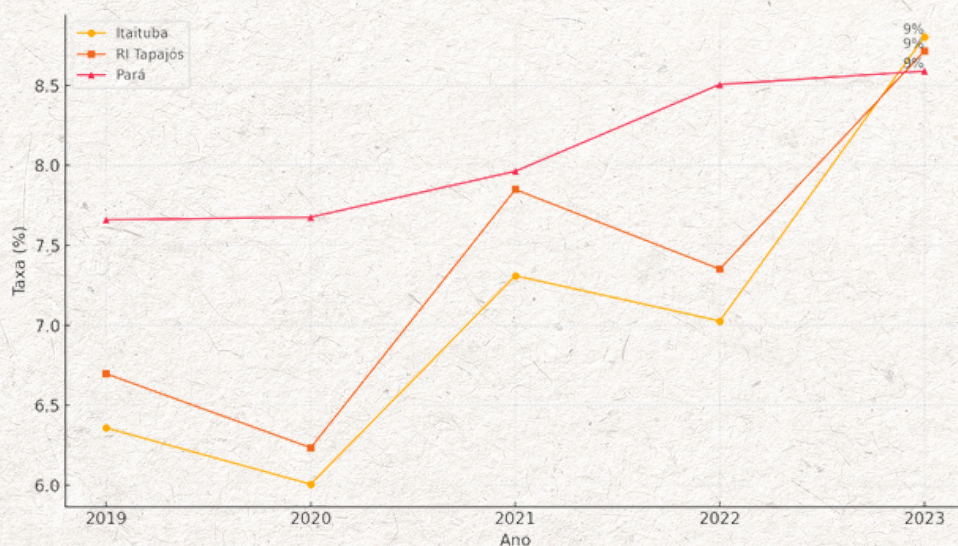
guida de um aumento acentuado até 2021 (7,9%). Após leve recuo em 2022 (7,3%), o indicador também chegou a 9,0% em 2023. O alinhamento com o padrão de Itaituba sugere que os fatores que impulsionaram o aumento do baixo peso ao nascer em 2023 são de caráter regional, podendo estar ligados a desequilíbrios estruturais como falta de políticas de proteção à primeira infância ou dificuldades de acesso a serviços básicos (Gráfico 3).

No estado do Pará, o comportamento foi mais estável no início da série, com 7,7% em 2019 e 2020, crescendo gradualmente até alcançar 8,5% em 2022 e 8,6% em 2023. Apesar do crescimento mais moderado que nas demais es-

calas, o Pará ainda registra valores elevados, o que aponta para um desafio sistêmico na área da saúde neonatal. A consistência da tendência de alta nos três níveis evidencia a necessidade de políticas públicas mais robustas voltadas à melhoria da saúde materna e da nutrição infantil (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Itaituba x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

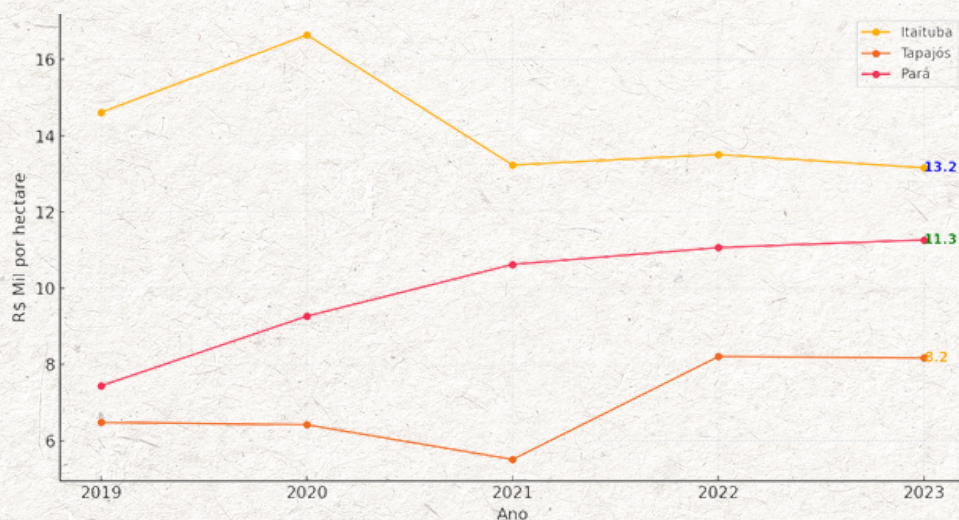
No município de Itaituba, a produtividade agrícola teve um desempenho robusto, partindo de R\$ 14,6 mil/ha em 2019, com pico em 2020 (R\$ 16,5 mil/ha), o que indica bom desempenho das atividades agropecuárias naquele período. Entretanto, em 2021 houve queda para R\$ 13,2 mil/ha, possivelmente como reflexo de oscilações de mercado ou efeitos climáticos. Apesar disso, os dois anos seguintes mantiveram estabilidade relativa, encerrando 2023 com R\$ 13,2 mil/ha, sinalizando uma recuperação parcial e resiliên-

cia do setor produtivo local (Gráfico 4).

Na RI Tapajós, os níveis de produtividade iniciaram em patamares mais baixos, cerca de R\$ 6,4 mil/ha em 2019, com leve queda em 2021 (R\$ 5,5 mil/ha) e posterior recuperação para R\$ 8,2 mil/ha em 2023. A trajetória evidencia limitações estruturais da região para alcançar os níveis de Itaituba, embora a tendência de crescimento nos últimos anos indique esforços de modernização ou investimentos em tecnologia agrícola em escala regional (Gráfico 4).

Para o estado do Pará, observa-se crescimento contínuo e consistente ao longo do período, saindo de R\$ 7,4 mil/ha em 2019 e chegando a R\$ 11,3 mil/ha em 2023. Esse aumento constante sugere um avanço na eficiência produtiva estadual, possivelmente decorrente da expansão da agricultura comercial, melhorias logísticas ou adoção de tecnologias. Ainda que abaixo dos níveis de Itaituba, a tendência ascendente do estado reforça um panorama de modernização do setor agrícola no Pará como um todo (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Itaituba x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 13,2 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

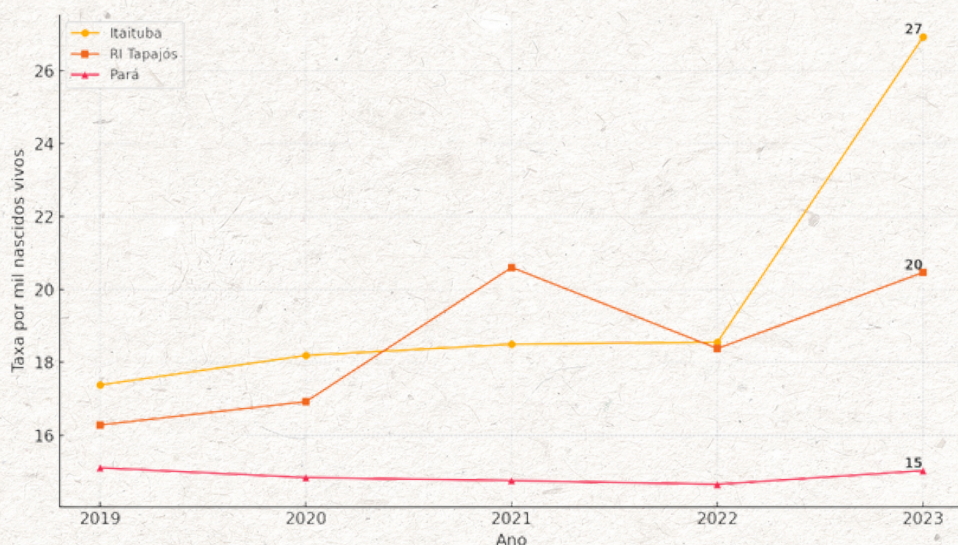
Em Itaituba, a taxa de mortalidade infantil apresentou uma tendência de crescimento moderado de 2019 (17,4) até 2022 (18,5), mantendo certa estabilidade nesse período. No entanto, em 2023, observou-se um salto abrupto para 27 mortes por mil nascidos vivos, o que representa um agravamento expressivo do indicador. Essa elevação pode refletir uma piora nas condições de saúde neonatal, fragilidades nos serviços de atenção básica, ou ainda subdimensionamento de respostas estruturais frente a determinantes sociais da mortalidade infantil (Gráfico 5).

Na Região de Integração do Tapajós, o comportamento também aponta elevação, embora com menor intensidade. A taxa cresceu de 16,3 em 2019 para 20,7 em 2021, caiu ligeiramente em 2022 (18,5), e voltou a subir para 20 em 2023. O padrão regional sugere que os fatores que pressionam a mortalidade infantil não estão restritos ao município, sendo reflexo de carências mais amplas, como a precariedade de serviços especializados em saúde infantil ou dificuldades no acesso ao pré-natal e ao parto seguro (Gráfico 5).



Já no estado do Pará, o indicador se manteve relativamente estável, variando entre 15,2 (2019) e 15,0 (2023). Essa estabilidade, mesmo em patamar ainda preocupante, contrasta com a volatilidade observada em Itaituba e na RI Tapajós. Isso pode indicar que regiões com maior densidade de infraestrutura de saúde conseguem amortecer melhor os efeitos adversos que impactam diretamente a sobrevivência infantil (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Itaituba x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 27 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

O município de Itaituba apresentou uma evolução significativa no número de médicos por 10 mil habitantes entre 2019 e 2021, saindo de 3,8 para 9,0, o que representa mais do que o dobro da densidade médica. Esse crescimento está possivelmente associado a políticas de atração de profissionais, programas federais (como Médicos pelo Brasil) ou expansão da rede de saúde local. Contudo, em 2023 houve uma ligeira redução para 9,0, o que ainda indica uma manutenção do ganho obtido, mas pode

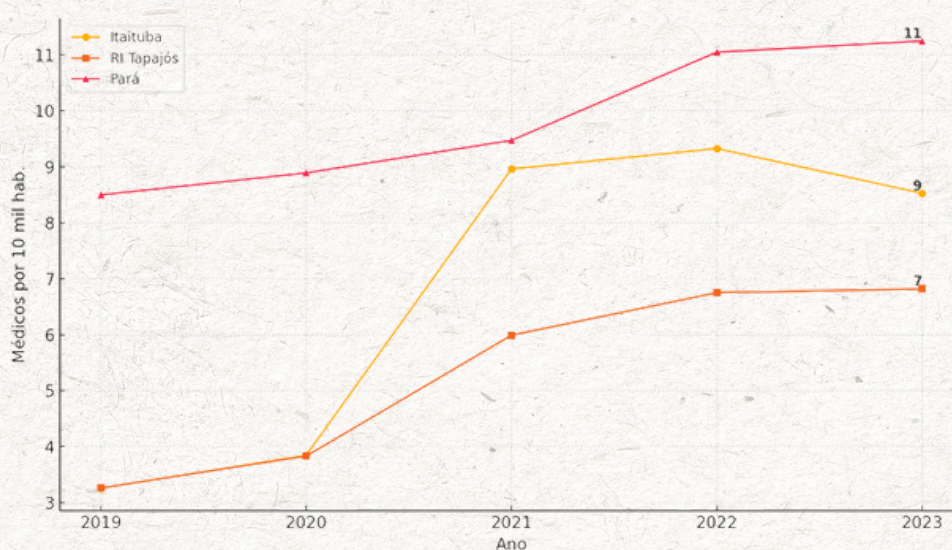
sinalizar um alerta para retenção desses profissionais (Gráfico 6).

Na RI Tapajós, a trajetória também foi ascendente, embora mais gradual. A densidade passou de 3,2 médicos por 10 mil habitantes em 2019 para 7,0 em 2023. O ritmo de crescimento menos acelerado que em Itaituba evidencia as dificuldades históricas da região em fixar médicos, dada sua extensão territorial, desafios logísticos e possível ausência de centros formadores de profissionais de saúde (Gráfico 6).



No estado do Pará, o número de médicos por 10 mil habitantes foi o mais elevado entre os três níveis, iniciando em 8,5 em 2019 e atingindo 11,1 em 2023. Esse crescimento contínuo sinaliza esforços exitosos de ampliação da força de trabalho em saúde, sobretudo nas áreas urbanas de maior porte, como Belém e Santarém. O contraste entre o dado estadual e os valores de Itaituba e da RI Tapajós reforça a desigualdade territorial no acesso a médicos no estado (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Itaituba x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 9 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.

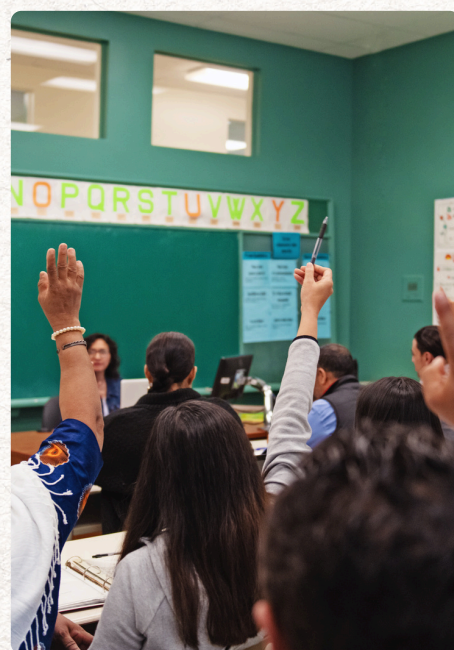
Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

O município de Itaituba apresentou um cenário inicialmente favorável, com elevação no número de vagas por mil habitantes de 251 (2019) para o pico de 265 em 2021. Esse aumento pode estar associado à expansão da rede pública ou à abertura de novas unidades escolares. Contudo, a partir de 2022, observa-se uma queda acentuada, com recuo para 221 e, posteriormente, para 203 em 2023. Essa redução pode refletir contenções orçamentárias, fechamento de turmas, ou uma possível desaceleração demográfica que impactou a demanda e oferta (Gráfico 7).

Na RI Tapajós, a trajetória foi de crescimento constante até

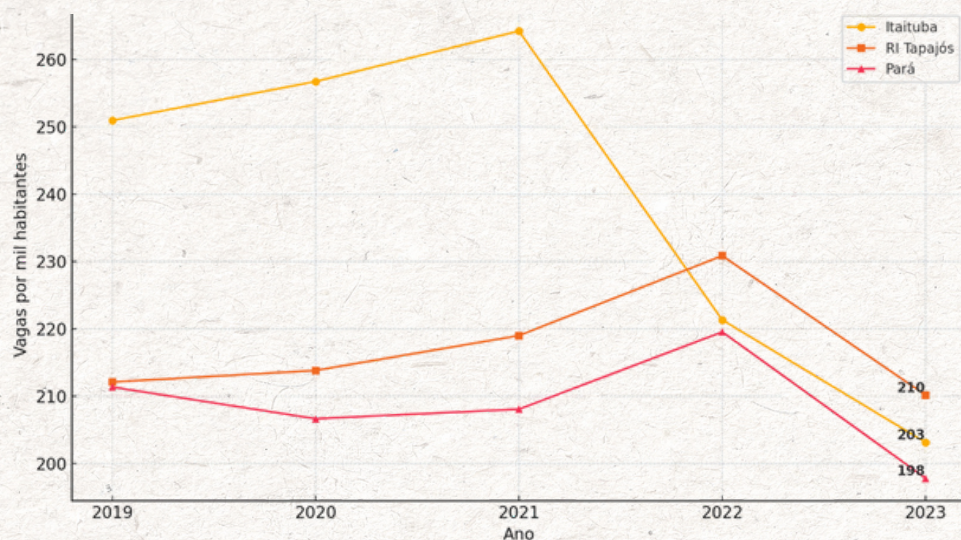
2022, partindo de 212 vagas por mil habitantes em 2019 e alcançando 231 em 2022. Diferentemente de Itaituba, a RI apresentou maior estabilidade e somente registrou redução em 2023, quando o indicador caiu para 210. Isso sugere que a estrutura regional conseguiu manter expansão por mais tempo, sendo afetada pela queda apenas no último ano da série (Gráfico 7).

No estado do Pará, o número de vagas por mil habitantes manteve-se mais estável, oscilando de 212 em 2019 para um leve aumento até 220 em 2022, e recuando para 198 em 2023. A queda no último ano evidencia uma possível tendência estadual



de retração na capacidade de oferta educacional per capita, o que pode estar relacionado a cortes orçamentários, mudanças demográficas ou reestruturação de matrículas no sistema público de ensino (Gráfico 7).

Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Itaituba x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 203 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

Em Itaituba, o percentual de escolas com acesso à internet cresceu substancialmente entre 2019 e 2023. Partiu de 42,6% em 2019, subindo de forma constante até atingir 82,8% em 2023. O salto observado, especialmente entre 2022 e 2023, indica investimentos significativos em infraestrutura digital, possivelmente impulsionados por políticas de conectividade no contexto pós-pandemia e pela necessidade de modernização da rede pública de ensino

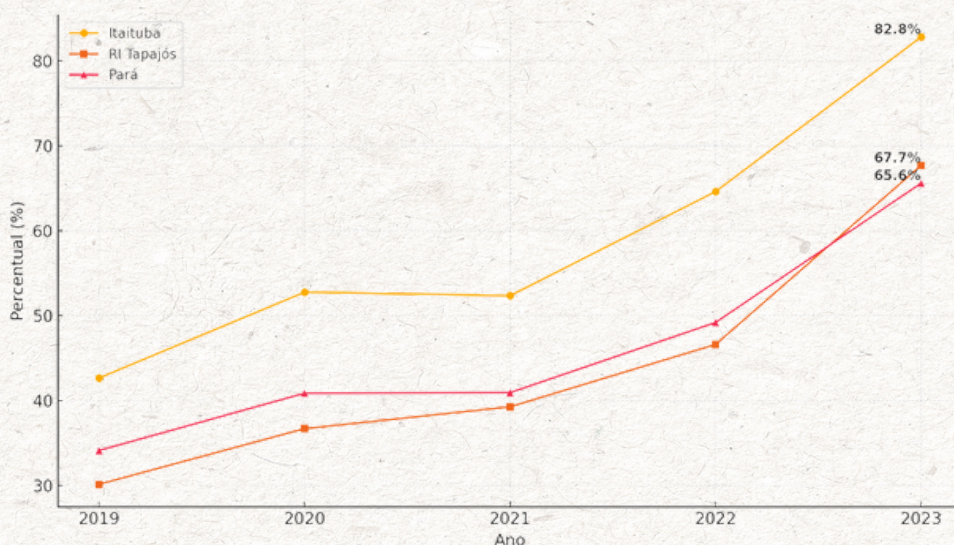
(Gráfico 8).

Na RI Tapajós, a evolução também foi positiva, com crescimento de 29,6% em 2019 para 67,7% em 2023. Ainda que partindo de um patamar mais baixo, a RI apresentou uma tendência de ampliação contínua do acesso à internet nas escolas. Esse movimento demonstra um esforço regional por equipar melhor as unidades escolares, embora ainda mantenha um hiato em relação ao município de Itaituba (Gráfico 8).

No estado do Pará, o percentual de escolas com acesso à internet subiu de 34,1% em 2019 para 65,6% em 2023. A trajetória estadual revela avanços significativos na inclusão digital do sistema educacional, refletindo iniciativas estruturais, programas federais ou estaduais voltados à modernização tecnológica. Apesar da melhora geral, o Pará ainda permanece atrás de Itaituba, evidenciando desigualdades territoriais no acesso à infraestrutura digital (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Itaituba x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 82,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros



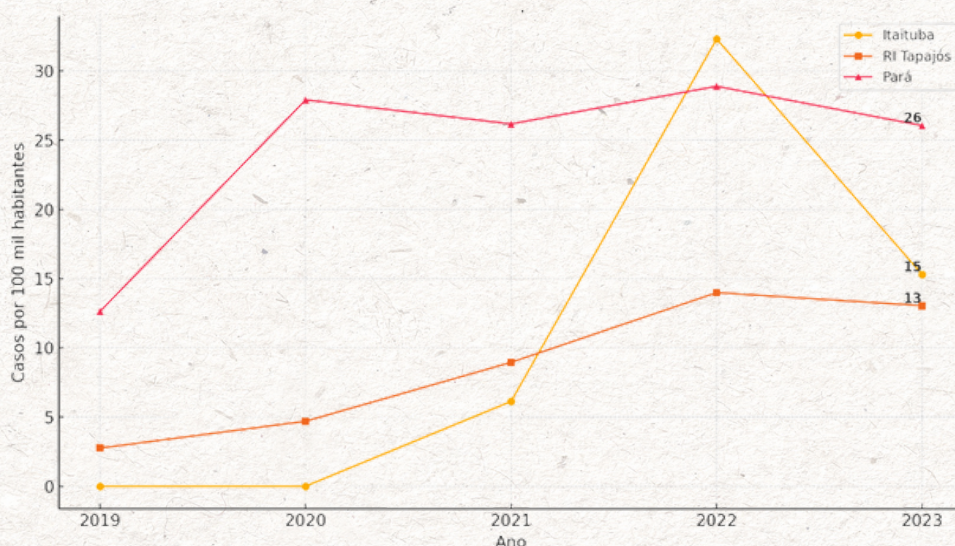
Em Itaituba, os dados indicam um aumento dramático da violência contra a mulher por parceiros no período analisado. O indicador, que era praticamente nulo em 2019 e 2020, saltou para 6,1 em 2021 e disparou para o pico de 32 casos por 100 mil habitantes em 2022. Em 2023, houve queda para 15 casos, o que, embora represente uma redução importante, ainda mantém o patamar acima dos níveis observados até 2021. Essa oscilação abrupta pode ser explicada tanto por melhorias na notificação e visibilidade das ocorrências quanto por agravamentos estruturais no contexto social e familiar local (Gráfico 9).

Na RI Tapajós, a trajetória foi de crescimento contínuo, com o indicador passando de 2,8 em 2019 para 13,5 em 2022, e uma leve queda para 13,0 em 2023. A evolução revela uma ampliação constante dos registros de violência doméstica, possivelmente relacionada a uma maior conscientização, efetivação de canais de denúncia ou aumento real dos casos. A manutenção de valores em torno de 13 casos por 100 mil habitantes nos dois últimos anos pode sinalizar um nível persistente de vulnerabilidade das

mulheres na região (Gráfico 9).

No estado do Pará, o padrão foi mais elevado e consistente. O indicador saltou de 12,6 em 2019 para 28,0 em 2020, mantendo-se entre 26 e 29 nos anos seguintes, encerrando 2023 com 26 casos por 100 mil habitantes. A estabilidade em patamar alto sugere que o problema da violência de gênero no estado é estrutural e persistente, exigindo políticas contínuas e integradas de prevenção, acolhimento e repressão ao agressor (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Itaituba x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 15 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

Em Itaituba, o percentual de mulheres em cargos gerenciais cresceu de 36,4% em 2019 para 42,0% em 2022, revelando um avanço positivo em termos de inserção feminina em posições de liderança. No entanto, em 2023 houve uma queda para 36,7%, retornando a patamares semelhantes ao início da série. Essa oscilação sugere que o avanço registrado até 2022 pode ter sido pontual ou insuficientemente sustentado por políticas institucionais de equidade de gênero no mercado de trabalho local (Gráfico 10).

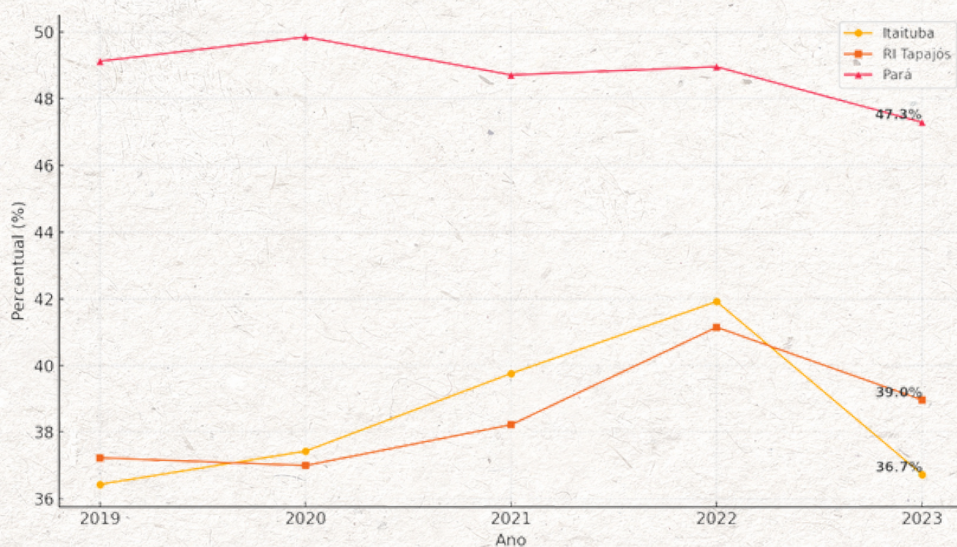


A RI Tapajós apresentou trajetória semelhante, partindo de 37,2% em 2019, com crescimento contínuo até 41,2% em 2022, e posterior recuo para 39,0% em 2023. Embora a queda não tenha sido tão acentuada quanto em Itaituba, o padrão indica a dificuldade em consolidar os avanços conquistados. A presença feminina nos cargos de chefia parece ainda vulnerável a oscilações conjunturais ou à ausência de práticas corporativas mais equitativas (Gráfico 10).

Já no estado do Pará, o percentual man-

Já no estado do Pará, o percentual de mulheres em cargos gerenciais manteve-se acima de 48% ao longo de quase toda a série, com pico de 49,8% em 2020 e encerrando 2023 em 47,3%. Essa relativa estabilidade e alto patamar indicam uma maior inserção feminina em posições de liderança no contexto estadual, embora o leve declínio recente reforce a importância de monitoramento contínuo e de mecanismos institucionais para garantir a paridade de gênero no topo das organizações (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Itaituba x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 36,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

No município de Itaituba, o percentual da população de baixa renda atendida com coleta de esgoto permaneceu praticamente estagnado entre 2019 e 2023. Os valores oscilaram levemente entre 0,4% e 0,5%, revelando uma cobertura extremamente baixa ao longo de todo o período. Essa estabilidade em patamar tão reduzido sugere ausência de avanços estruturais significativos na expansão da coleta de esgoto para as camadas mais vulneráveis da população local (Gráfico 11).

Na RI Tapajós, a trajetória do indicador também refletiu baixos níveis de cobertura, com pequenas variações que culminaram em 0,5% em 2023, mesmo valor observado em Itaituba. A semelhança dos padrões reforça a existência de um problema estrutural regionalizado, caracterizado por infraestrutura insuficiente de saneamento básico voltada para a população de baixa renda, especialmente em municípios do interior com baixa

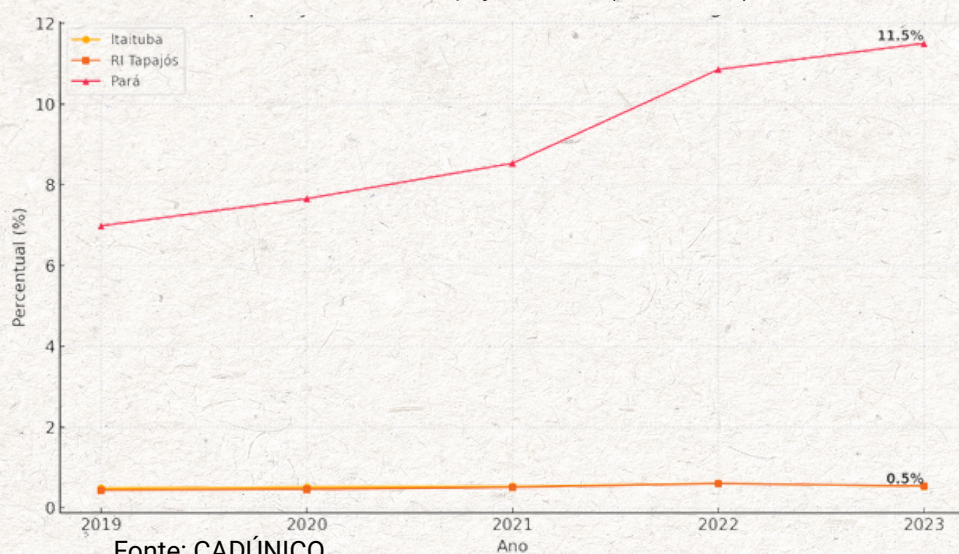
urbanização (Gráfico 11).

Por outro lado, o estado do Pará apresentou trajetória de crescimento gradual e consistente ao longo dos anos. Em 2019, o percentual era de 7,0% e chegou a 11,5% em 2023. Apesar de o patamar ainda ser baixo, o avanço proporcional é expressivo e indica que, em escala estadual, houve ampliação da cobertura de coleta de esgoto para populações de baixa renda, o que pode estar associa-



do a investimentos concentrados em regiões metropolitanas ou municípios com maior capacidade de captação de recursos (Gráfico 11).

Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Itaituba x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

Em Itaituba, o gasto per capita com saneamento básico apresentou crescimento significativo de 2019 (R\$ 33) até 2021 (R\$ 80), representando um esforço de incremento dos investimentos na área. Após uma leve queda em 2022 (R\$ 71), o valor voltou a crescer em 2023, atingindo R\$ 77 por habitante. Embora os valores tenham aumentado, o impacto efetivo sobre o atendimento à população de baixa renda com coleta de esgoto parece não ter sido proporcional, indicando possível concentração dos recursos em outras frentes do saneamento ou em áreas com maior infraestrutura (Gráfico 12).

Na RI Tapajós, o comportamento foi similar, com valores inferiores aos de Itaituba, mas

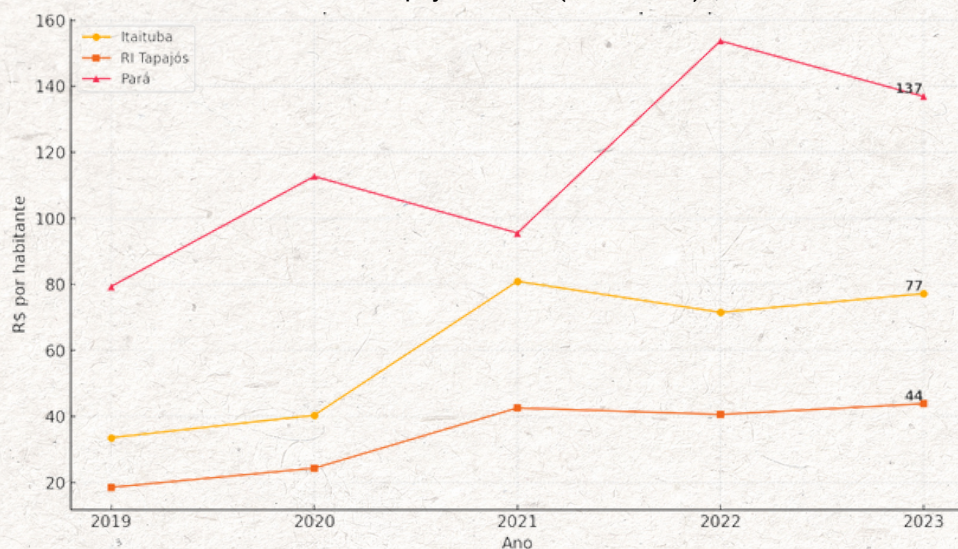
também com tendência de crescimento. O gasto per capita subiu de R\$ 18 em 2019 para R\$ 44 em 2023, revelando uma ampliação dos investimentos em saneamento na região. Ainda assim, o patamar permanece modesto frente à média estadual, o que pode limitar a capacidade da região em avançar em indicadores estruturais como coleta e tratamento de esgoto (Gráfico 12).

Já no estado do Pará, os gastos por habitante foram substancialmente maiores, iniciando em R\$ 79 em 2019 e atingindo o pico de R\$ 153 em 2022, com leve recuo para R\$ 137 em 2023. Essa tendência demonstra um comprometimento mais robusto em nível estadual com o saneamento básico. Mesmo com oscilações,

os recursos aplicados indicam que o Pará tem priorizado investimentos em infraestrutura sanitária, o que possivelmente tem refletido em melhores resultados em indicadores como a expansão da coleta de esgoto, especialmente nas áreas urbanas mais populosas (Gráfico 12).



Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Itaituba x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 77/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.



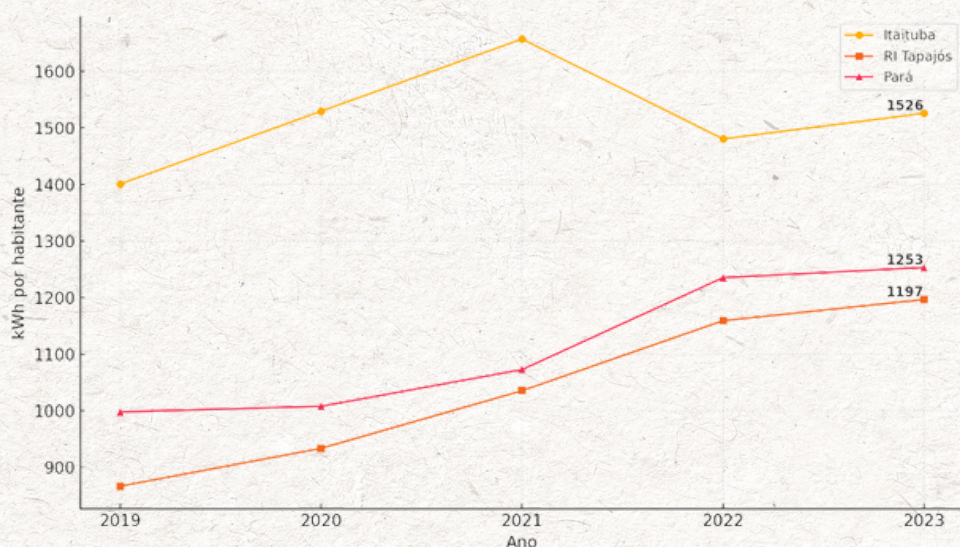
O município de Itaituba apresentou um consumo de energia elétrica per capita superior aos demais níveis territoriais ao longo de toda a série. Entre 2019 e 2021, houve crescimento contínuo, partindo de 1.402 kWh/hab. até alcançar o pico de 1.655 kWh/hab. Em 2022, verificou-se uma queda acentuada para 1.480 kWh/hab., seguida de uma leve recuperação em 2023, com 1.526 kWh/hab. Essa oscilação pode estar associada a variações nas atividades produtivas ou a alterações no perfil de consumo domiciliar e comercial local (Gráfico 13).

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

Na RI Tapajós, o indicador teve comportamento de crescimento contínuo, partindo de 865 kWh/hab. em 2019 até alcançar 1.197 kWh/hab. em 2023. Esse avanço gradual indica uma ampliação do acesso à energia e possível melhoria nas condições de vida e nas atividades econômicas locais. A diferença em relação a Itaituba, no entanto, continua significativa, o que pode refletir a maior concentração urbana e econômica no município em comparação com outras localidades da região (Gráfico 13).

No estado do Pará, também foi registrado crescimento consistente do consumo per capita, saindo de 996 kWh/hab. em 2019 e atingindo 1.253 kWh/hab. em 2023. O ritmo de crescimento estadual acelera a partir de 2021, indicando um possível aumento da cobertura elétrica, impulsionado por programas de universalização ou expansão do mercado consumidor. Ainda assim, o estado permanece abaixo de Itaituba, demonstrando disparidades regionais na demanda e capacidade de consumo energético (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Itaituba x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1526 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

Em Itaituba, o percentual de domicílios de baixa renda que utilizam iluminação fóssil (como lâmparas ou velas) apresentou redução contínua e expressiva ao longo dos anos, partindo de 3,6% em 2019 para 1,9% em 2023. Essa queda indica progresso na inclusão energética e melhoria no acesso à rede elétrica formal, refletindo avanços em políticas públicas de eletrificação rural e urbana em áreas de baixa renda (Gráfico 14).



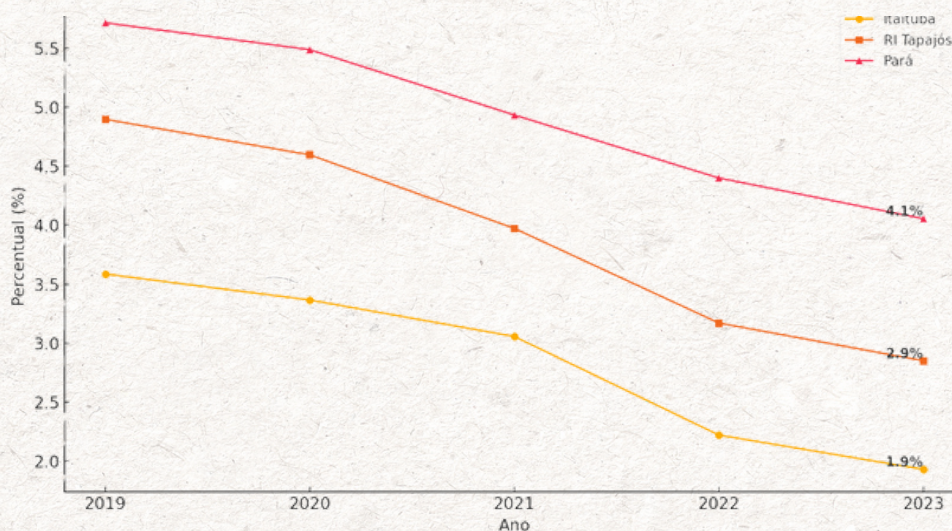
Na RI Tapajós, o comportamento foi semelhante, com queda progressiva do indicador de 4,9% em 2019 para 2,9% em 2023. A redução é consistente e sugere ações regionais voltadas à expansão do serviço de energia, beneficiando populações em situação de vulnerabilidade. Apesar da melhora, os valores continuam ligeiramente superiores aos de Itaituba, o que evidencia a permanência de bolsões de exclusão energética em outras localidades da RI (Gráfico 14).

No estado do Pará, a taxa

também decresceu de forma contínua, indo de 5,7% em 2019 para 4,1% em 2023. Embora o avanço seja relevante, o ritmo de redução é mais lento em comparação com Itaituba e a RI Tapajós, o que pode indicar maior dificuldade para universalizar o acesso em regiões mais remotas e dispersas. Ainda assim, a tendência positiva aponta para esforços em curso no sentido de reduzir a dependência de fontes não seguras de iluminação entre a população de baixa renda (Gráfico 14).



Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Itaituba x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.

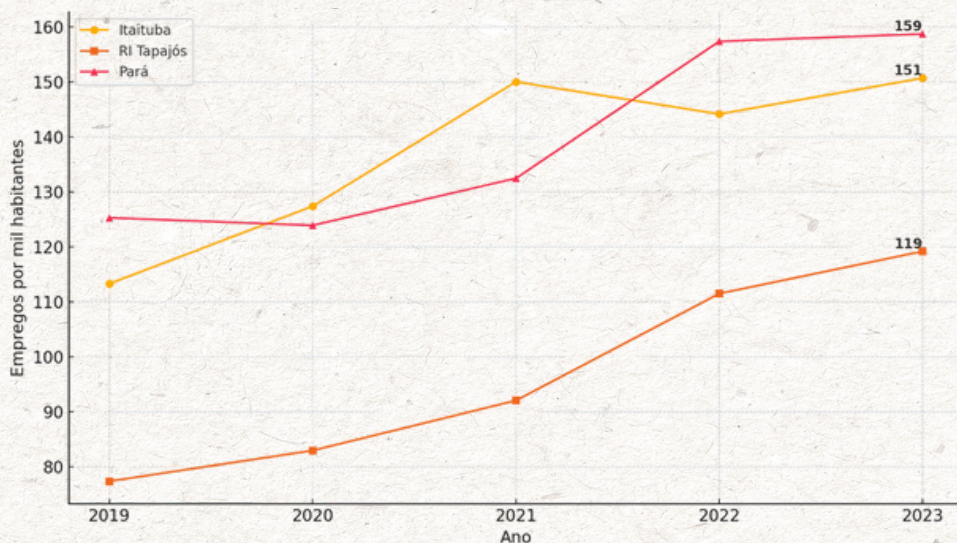


Empregos Formais por Mil Habitantes

Na Região de Integração Tapajós, a evolução também foi positiva, embora mais gradual e partindo de um patamar inferior. O indicador saiu de 77 empregos formais por mil habitantes em 2019 e chegou a 119 em 2023, revelando uma melhora consistente ao longo do período. Essa trajetória sugere que, apesar das desigualdades internas, a região como um todo está experimentando uma ampliação da formalização do trabalho, o que pode refletir o efeito de políticas públicas de estímulo ao emprego, abertura de novos empreendimentos ou fortalecimento de cadeias produtivas locais (Gráfico 15).

O indicador de Empregos Formais por Mil Habitantes no município de Itaituba apresentou uma trajetória de crescimento expressivo entre 2019 e 2021, partindo de 113 para 150 empregos formais por mil habitantes. Esse avanço indica uma fase de expansão significativa do mercado formal de trabalho no município, possivelmente impulsionada por atividades econômicas locais como mineração, construção civil ou logística. Em 2022, houve um leve recuo para 145, o que pode estar relacionado a ajustes pós-pandemia ou à sazonalidade do mercado, mas o indicador voltou a crescer em 2023, alcançando 151 empregos formais por mil habitantes, mantendo Itaituba em posição de destaque regional (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Itaituba x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 151 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Para o estado do Pará, o número de empregos formais por mil habitantes foi mais estável no início da série, com ligeira oscilação entre 125 e 132 até 2021. A partir de 2022, observa-se um salto considerável, atingindo 159 em 2023, valor que coloca o estado acima de Itaituba no indicador. Esse crescimento acelerado em nível estadual pode refletir a retomada econômica pós-COVID-19, com aumento da formalização em setores como indústria, comércio e serviços. O dado evidencia que, embora Itaituba mantenha desempenho elevado, o estado como um todo apresenta dinamismo crescente na geração de empregos formais (Gráfico 15).

O município de Itaituba apresentou crescimento constante do PIB per capita de 2018 a 2021, partindo de aproximadamente R\$ 18 mil em 2018 para R\$ 30,2 mil em 2021. Esse avanço pode estar associado ao aumento da atividade econômica local, especialmente nos setores de mineração, comércio e serviços. Contudo, em 2022, o indicador sofreu queda expressiva, recuando para R\$ 26,7 mil, o que pode refletir desaceleração econômica setorial, retração de in-

PIB per capita

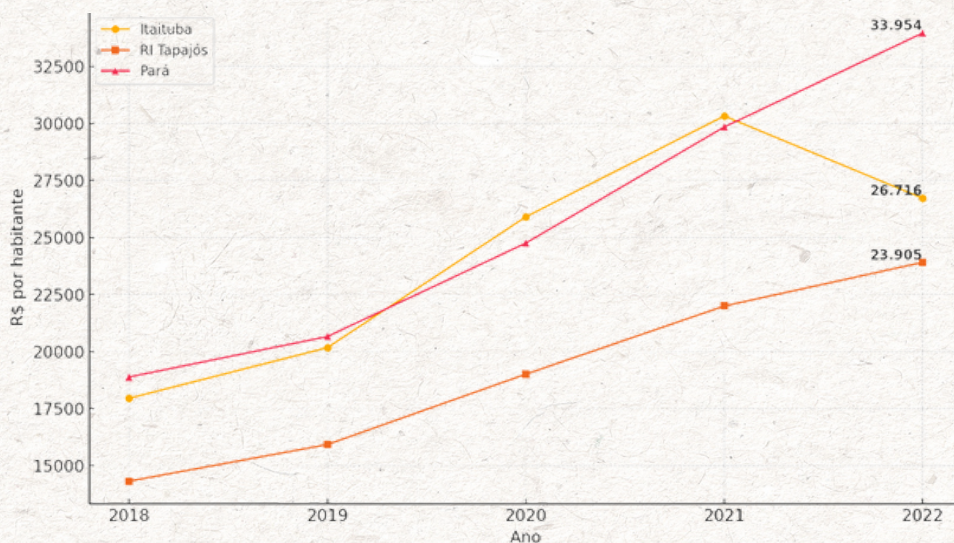


vestimentos ou mudanças no perfil produtivo local (Gráfico 16).

Na RI Tapajós, o crescimento do PIB per capita foi mais li-

near e moderado ao longo dos anos, evoluindo de cerca de R\$ 14,2 mil em 2018 para R\$ 23,9 mil em 2022. A região demonstra ganho de renda por habitante de forma contínua, ainda que com valores inferiores aos de Itaituba. Esse comportamento indica um processo gradual de fortalecimento econômico regional, embora ainda distante dos patamares alcançados pelo município de destaque e pela média estadual (Gráfico 16).

Gráfico16 - PIB per capita, Itaituba x RI Tapajós x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 26.716/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiente.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.

Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



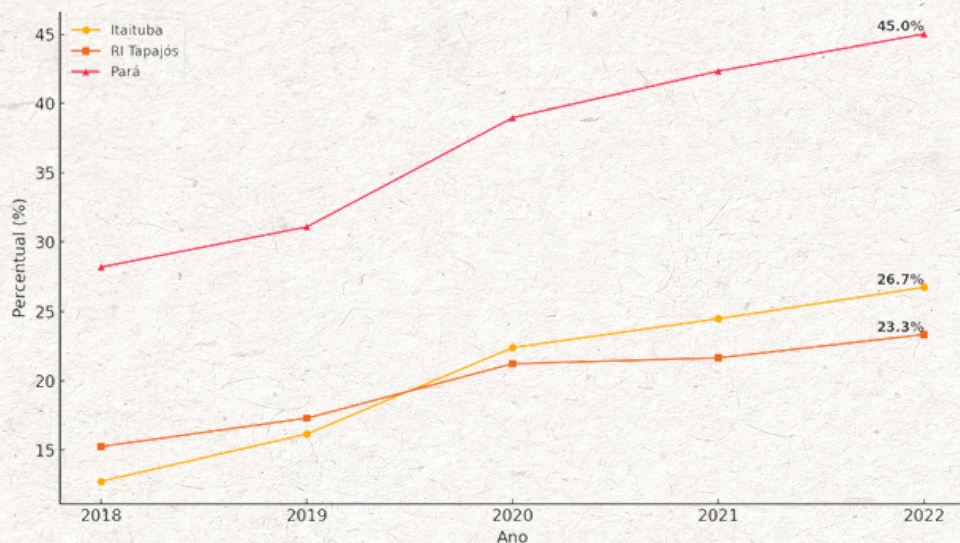
Em Itaituba, o Valor Adicionado da Indústria como percentual do PIB mais que dobrou entre 2018 e 2022, passando de 12,7% para 26,7%. Essa evolução indica aumento significativo da participação do setor industrial na estrutura econômica municipal, provavelmente impulsionada por atividades extrativistas, agroindústria ou construção civil. Esse fortalecimento do setor é um sinal de diversificação econômica e maior agregação de valor à produção local (Gráfico 17).

Na RI Tapajós, a trajetória também foi ascendente, com crescimento do indicador de 15,2% em 2018 para 23,3% em 2022. Ainda que com variações mais suaves, o comportamento confirma a ampliação da importância industrial no contexto regional. O dado sugere que, além de Itaituba, outros municípios da RI também vêm aumentando suas capacidades produtivas industriais, o que pode gerar impactos positivos em emprego, renda e infraestrutura (Gráfico 17).

No estado do Pará, o Valor Adicionado da Indústria apresentou crescimento expressivo, partindo de 28,3% em 2018 para 45,0% em 2022, o que destaca a centralidade do setor industrial na economia paraense. O aumento contínuo revela um ciclo de expansão sustentado por grandes empreendimentos industriais, principalmente ligados à mineração, energia e transformação de commodities. O destaque estadual nesse indicador reforça o papel da indústria como motor do crescimento econômico do Pará no período analisado (Gráfico 17).



Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Itaituba x RI Tapajós x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 26,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

O indicador Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes no município de Itaituba apresentou uma tendência de crescimento expressivo entre 2019 e 2021, saindo de 18,2 para 25,7 profissionais por 100 mil habitantes, refletindo um período de expansão na formação, fixação ou atração desses profissionais. Esse aumento pode estar vinculado ao fortalecimento de instituições de



ensino, programas de incentivo à pesquisa e investimentos em ciência e tecnologia. Contudo, a partir de 2022, observa-se uma leve retração, com o índice caindo para 24,1 e depois 23,0 em 2023, sinalizando possível redução de investimentos, êxodo de profissionais ou encerramento de

contratos temporários (Gráfico 18).

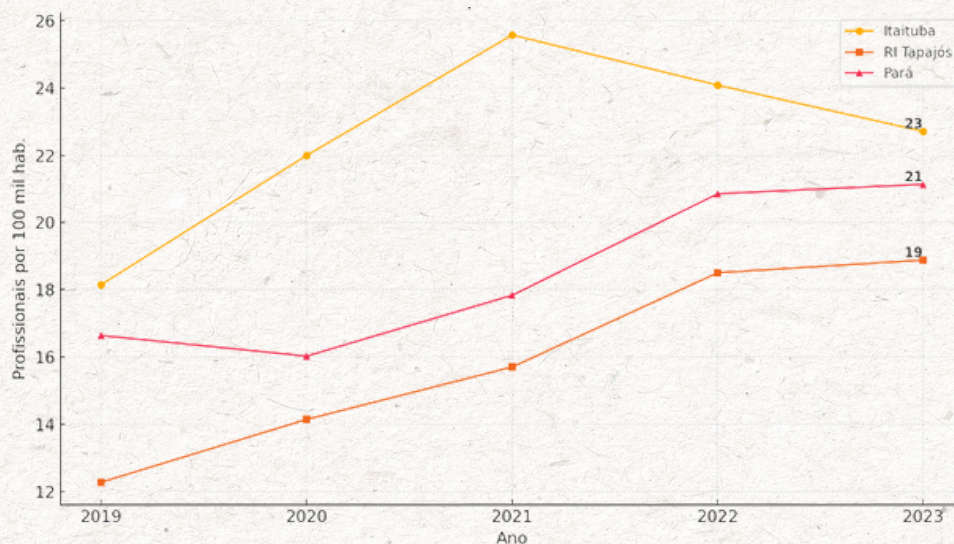
Na Região de Integração Tapajós, o crescimento foi mais gradual, mas constante. O indicador partiu de 12,3 profissionais por 100 mil habitantes em 2019 e alcançou 19,0 em 2023. Ainda que os valores permaneçam abaixo dos observados em Itaituba e na média estadual, o ritmo de crescimento contínuo aponta para esforços regionais no sentido de interiorizar a presença científica, seja por meio de parcerias com instituições de ensino, programas estaduais ou expansão de atividades de pesquisa aplicada no território (Gráfico 18).





No estado do Pará, o comportamento do indicador foi relativamente estável no início do período, com ligeira queda entre 2019 (16,7) e 2020 (16,0), seguida de recuperação progressiva até atingir 21,2 profissionais por 100 mil habitantes em 2023. Essa evolução demonstra um avanço geral na densidade de profissionais da ciência no estado, o que pode refletir políticas públicas voltadas à valorização da ciência e tecnologia, ainda que com oscilações conjunturais. O Pará se mantém em posição intermediária entre os níveis locais e regionais, mas com tendência de convergência positiva (Gráfico 18).

Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Itaituba x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 23 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles



Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

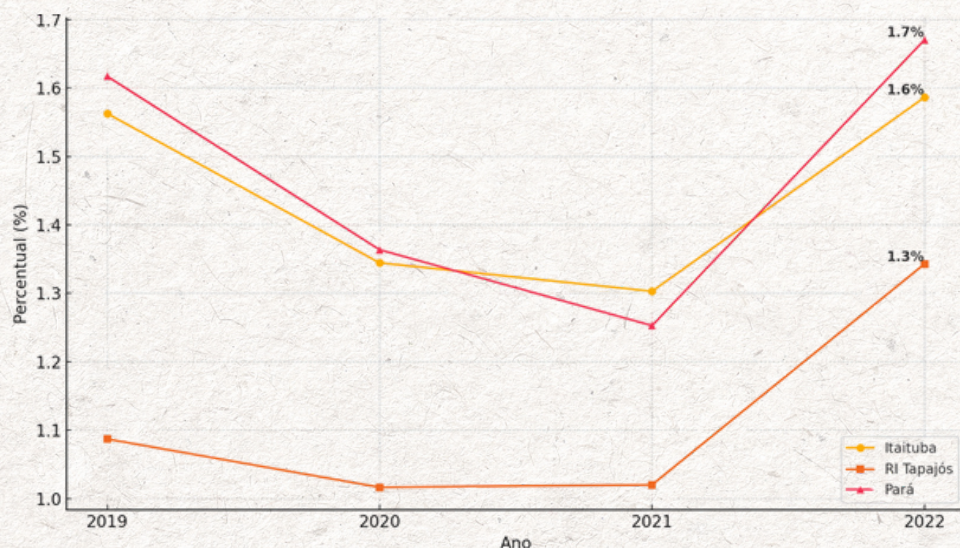
O indicador Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB) em Itaituba apresentou uma trajetória de queda entre 2019 e 2021, passando de 1,56% para 1,30%, sinalizando uma redução relativa da participação da renda do trabalho formal na composição do Produto Interno Bruto municipal. Essa queda pode ter sido influenciada por dois fatores principais: aumento do PIB puxado por setores menos intensivos em emprego (como mineração) e estagnação ou perda de dinamismo nos salários formais durante o período da pandemia. Em 2022, porém, o indicador voltou a crescer, alcançando 1,60%, o que indica recuperação da renda formal ou mudança na estrutura econômica com maior

valorização do trabalho (Gráfico 19).

Na Região de Integração Tapajós, a massa salarial em relação ao PIB manteve-se em patamar inferior ao de Itaituba e ao do estado, variando de 1,09% em 2019 para um mínimo de 1,02% em 2020 e 2021, antes de subir para 1,30% em 2022. O comportamento do indicador revela uma região ainda marcada por informalidade elevada ou atividades econômicas concentradas em setores com menor remuneração média. A recuperação em 2022 pode indicar efeitos de políticas públicas de estímulo ao emprego formal, expansão de setores com maior massa salarial ou recomposição pós-crise (Gráfico 19).

No estado do Pará, o indicador teve desempenho semelhante ao de Itaituba, iniciando em 1,62% em 2019, caindo gradativamente até atingir 1,25% em 2021, e recuperando-se para 1,70% em 2022, o maior valor entre os três níveis analisados. Essa trajetória mostra que, apesar da queda temporária durante o período pandêmico, houve um fortalecimento do mercado de trabalho formal no estado como um todo, provavelmente impulsionado pela reativação de grandes projetos e crescimento de setores empregadores. A recomposição da massa salarial em proporção ao PIB sugere um ambiente de melhora na formalização e valorização do trabalho em 2022 (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Itaituba x RI Tapajós x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

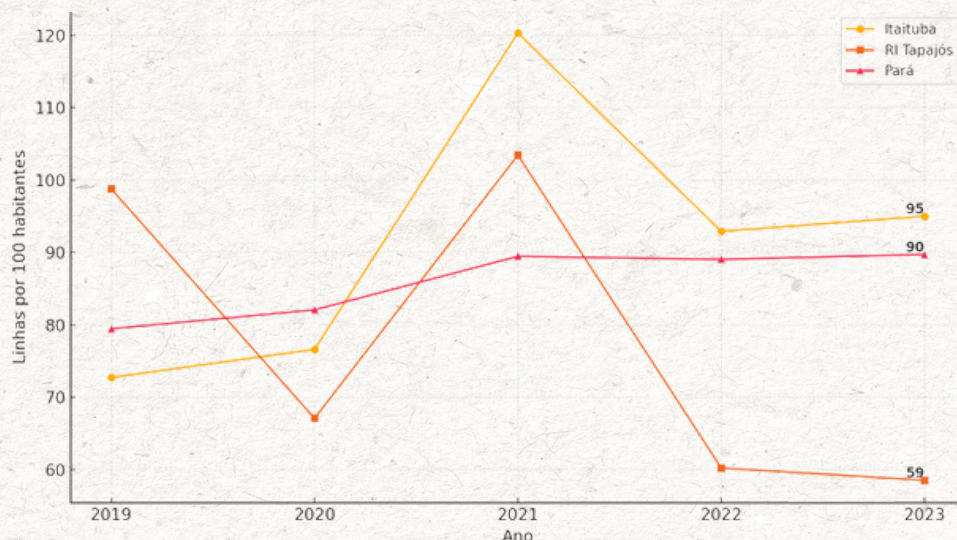
Em Itaituba, o acesso à telefonia móvel cresceu de 73,2 linhas por 100 habitantes em 2019 para um pico de 120,4 em 2021, indicando um avanço considerável no uso de serviços móveis, provavelmente impulsionado por demanda crescente por conectividade e inclusão digital, especialmente durante a pandemia. No entanto, nos anos seguintes houve recuo, com o indicador caindo para 93,3 em 2022 e encerrando 2023 em 95,3, o que pode refletir estabilização do mercado ou substituição por outros meios de comunicação (como internet fixa e dados móveis via aplicativos) (Gráfico 20).

Na RI Tapajós, o comportamento foi mais volátil. O número de linhas caiu de 98,7 em 2019 para 67,2 em 2020, voltou a subir fortemente para 103,7 em 2021, e desabou nos dois anos seguintes, atingindo apenas 59,0 linhas por 100 habitantes em 2023. Essa oscilação pode refletir mudanças metodológicas, migração de planos de telefonia ou perda de cobertura de operadoras na região. O dado mais recente evidencia um desafio na universalização do acesso móvel na RI, especialmente fora dos centros urbanos (Gráfico 20).





Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Itaituba x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 95 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental

No município de Itaituba, a despesa pública per capita com cultura e gestão ambiental partiu de R\$ 8,2 em 2019, caiu para R\$ 3,5 em 2020, e a partir de então iniciou uma trajetória de recuperação. Em 2021 e 2022 os valores ficaram próximos a R\$ 14,3 e R\$ 15,0, respectivamente, alcançando R\$ 19,1 por habitante em 2023. Apesar de ainda modesto, o crescimento demonstra esforço municipal em ampliar os recursos voltados a essas duas áreas estratégicas, embora o patamar permaneça bem abaixo das médias regional e estadual (Gráfico 21).

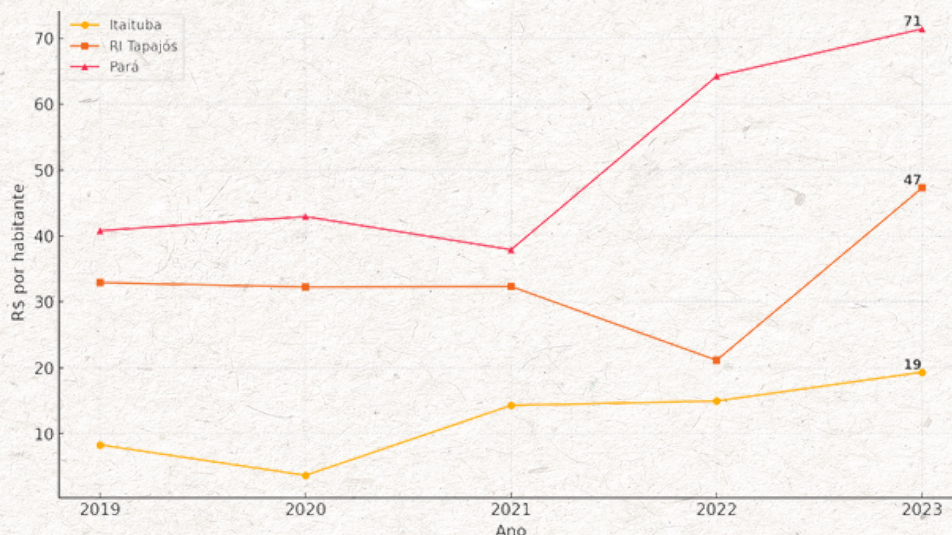
Na RI Tapajós, o indicador foi mais estável entre 2019 e 2021, oscilando entre R\$ 32 e R\$ 33 por habitante, mas sofreu queda expressiva em 2022 (R\$ 21,2), com forte recuperação em 2023, quando atingiu R\$ 47,2. Essa recuperação pode indicar novos aportes orçamentários, ampliação de projetos regionais voltados à cultura local e meio ambiente, ou uma reorganização administrativa que possibilitou alocação mais eficiente de recursos nessas áreas (Gráfico 21).

No estado do Pará, os valores foram superiores aos demais

níveis em toda a série. O indicador cresceu de R\$ 40,7 em 2019 para R\$ 43,0 em 2020, recuou levemente em 2021 (R\$ 37,8) e disparou nos dois anos seguintes, chegando a R\$ 71,2 por habitante em 2023. Essa elevação expressiva indica uma priorização estadual crescente dos setores cultural e ambiental, provavelmente ligada a políticas estruturantes, editais de fomento à cultura, ou execução de programas ambientais alinhados à agenda climática e aos ODS (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Itaituba x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.



Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

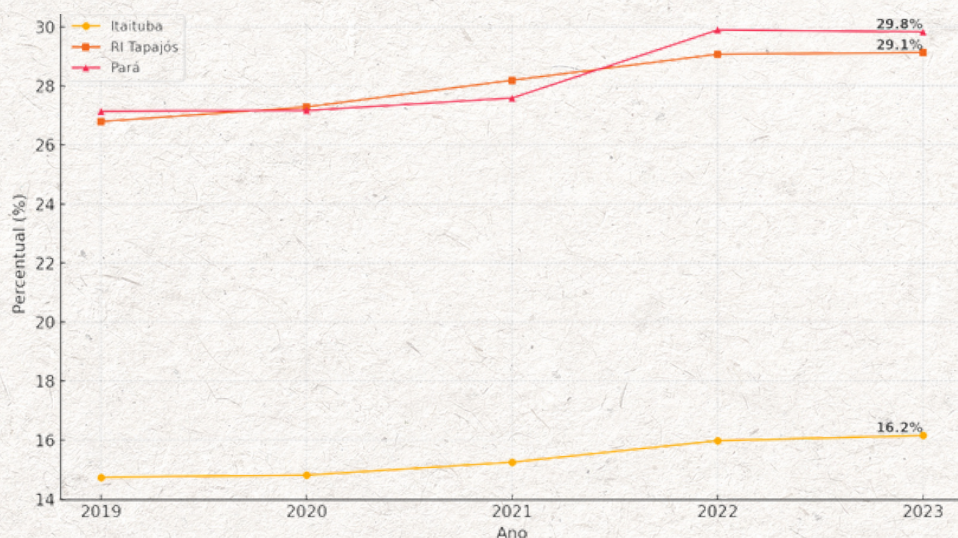
No município de Itaituba, o percentual de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram lixo permaneceu relativamente estável entre 2019 e 2021, variando entre 14,6% e 15,2%. A partir de 2022, houve leve crescimento, chegando a 16,2% em 2023, o que evidencia uma persistente carência de cobertura de serviços públicos de coleta regular de resíduos sólidos em áreas de vulnerabilidade. Ainda que os valores estejam bem abaixo da média estadual e regional, o crescimento gradual aponta para uma estagnação nos avanços da infraestrutura de

saneamento no município (Gráfico 22).

Na Região de Integração Tapajós, o indicador iniciou em 26,9% em 2019 e subiu continuamente até alcançar 29,1% em 2023, mantendo-se acima de Itaituba e muito próximo dos níveis estaduais. A consistência do crescimento sugere que, mesmo com possíveis ações pontuais, a região enfrenta dificuldades estruturais para ampliar a coleta de lixo domiciliar nas comunidades mais pobres, o que pode estar associado à dispersão populacional, baixa densidade urbana e restrições logísticas (Gráfico 22).

No estado do Pará, o percentual foi de 27,0% em 2019 e chegou a 29,8% em 2023, mantendo-se alto durante toda a série histórica. A elevação contínua do indicador reforça a gravidade do problema em nível estadual, indicando que parte considerável da população de baixa renda segue recorrendo a práticas ambientalmente inadequadas de destinação de resíduos. A persistência desse cenário sugere a necessidade de políticas públicas mais efetivas, com foco em universalização da coleta e apoio técnico aos municípios com menor capacidade instalada (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Itaituba x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 16,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

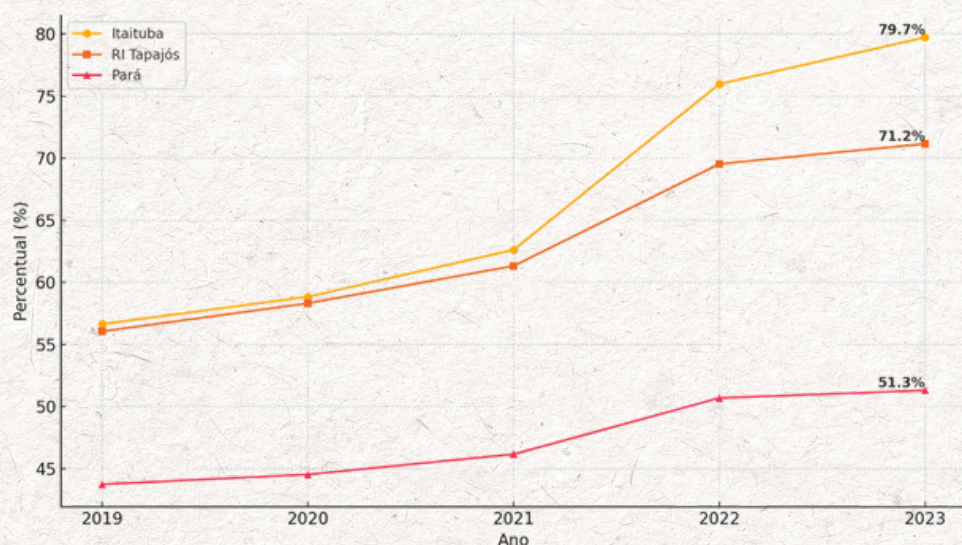
População de Baixa Renda com fossa rudimentar

Em Itaituba, o percentual de população de baixa renda que utiliza fossa rudimentar apresentou crescimento significativo ao longo do período analisado, partindo de 56,5% em 2019 e atingindo 79,7% em 2023. A alta acentuada, especialmente entre 2021 e 2022, demonstra um agravamento das condições de saneamento básico entre os mais pobres, o que pode estar relacionado à ausência de redes de esgoto e à informalidade da ocupação urbana. Isso implica riscos ambientais e de saúde pública elevados (Gráfico 23).

Na RI Tapajós, o indicador também apresentou elevação considerável, passando de 56,3% em 2019 para 71,2% em 2023. O comportamento semelhante ao de Itaituba reforça a percepção de que a precariedade dos sistemas de esgotamento sanitário é um fenômeno disseminado em toda a região. O crescimento contínuo pode indicar tanto a expansão populacional em áreas sem cobertura de saneamento quanto a falta de investimentos estruturantes no setor (Gráfico 23).

Para o estado do Pará, os percentuais foram mais baixos, mas ainda preocupantes: de 43,4% em 2019, o indicador subiu para 51,3% em 2023. Apesar de estar em patamar inferior aos de Itaituba e da RI Tapajós, a trajetória crescente reflete o desafio persistente de garantir acesso a soluções adequadas de esgoto para a população vulnerável em todo o estado. Isso evidencia a importância de ampliar programas de saneamento com foco territorializado e inclusão social (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Itaituba x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 79,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.

Gastos per capita com prevenção de desastres



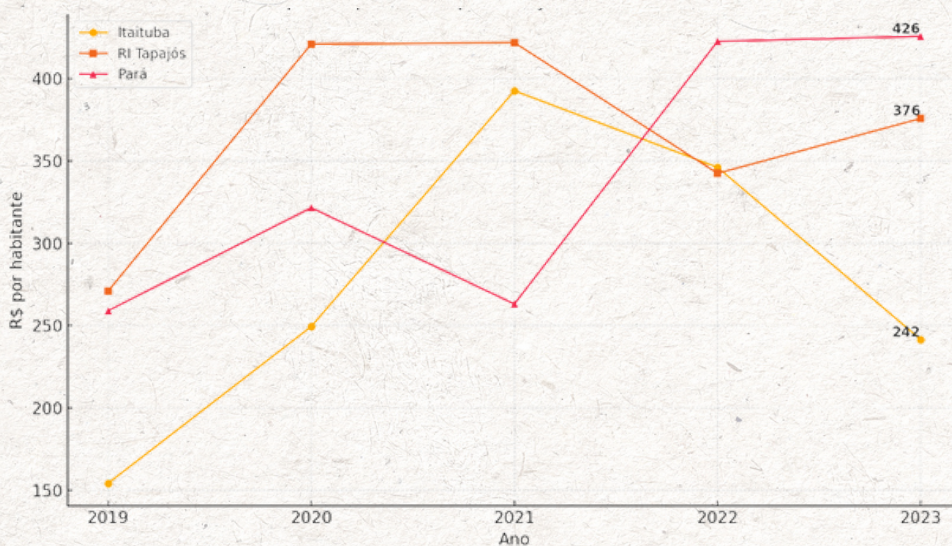
Em Itaituba, o gasto per capita com prevenção de desastres cresceu de R\$ 153 em 2019 para um pico de R\$ 393 em 2021, refletindo uma priorização crescente do tema naquele momento, possivelmente em resposta a eventos climáticos extremos ou à necessidade de adequação da infraestrutura urbana. Contudo, a partir de 2022, houve redução desses investimentos, com o valor caindo para R\$ 342 e depois para R\$ 242 em 2023, sinalizando um possível redirecionamento orçamentário ou arrefecimento da atenção política sobre o tema (Gráfico 24).

Na Região de Integração Ta-

pajós, os gastos apresentaram uma trajetória de crescimento mais estável, subindo de R\$ 273 em 2019 para R\$ 426 em 2020 e 2021, mantendo-se entre os maiores valores da série. Após leve queda para R\$ 342 em 2022, houve nova elevação para R\$ 376 em 2023, o que demonstra maior regularidade e compromisso regional com políticas de prevenção de desastres. A RI Tapajós manteve-se acima do município na maior parte do período, indicando maior intensidade ou capilaridade dos investimentos em seu território (Gráfico 24).

No estado do Pará, o comportamento foi mais volátil, com gastos iniciando em R\$ 259 (2019), subindo para R\$ 322 (2020), recuando em 2021 para R\$ 263, e depois crescendo fortemente em 2022, chegando a R\$ 426 em 2023, o maior patamar da série. Essa elevação recente pode estar vinculada à institucionalização de políticas estaduais de adaptação climática e mitigação de riscos ambientais, sobretudo em resposta ao agravamento de eventos hidro meteorológicos e à intensificação da agenda ambiental (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Itaituba x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 242/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Fonte: CADUNICO.



ODS 14 VIDA NA ÁGUA

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

Despesa per capita com preservação aquática

No município de Itaituba, a despesa per capita com preservação aquática oscilou em patamares relativamente baixos, partindo de R\$ 26 em 2019 e atingindo R\$ 36 em 2023, com variações discretas ao longo da série. Após um pequeno aumento até 2020, os valores recuaram em 2021 e 2022, com recuperação apenas no último ano. Apesar do crescimento recente, os valores continuam modestos, indicando que a temática da proteção dos recursos hídricos ainda ocupa posição limitada no orçamento ambiental local (Gráfico 25).

Na RI Tapajós, os padrões foram semelhantes aos do município, com gastos subindo de R\$ 29 (2019) para R\$ 37 em

2023. A estabilidade no intervalo de 2020 a 2022, seguida de leve crescimento, mostra que a região compartilha do mesmo nível de esforço orçamentário que Itaituba nessa área. Considerando a importância hídrica da RI, que abriga grandes bacias e rios amazônicos, os valores ainda se mostram aquém do necessário para garantir ações robustas de preservação e monitoramento ambiental (Gráfico 25).

Já o estado do Pará destinou

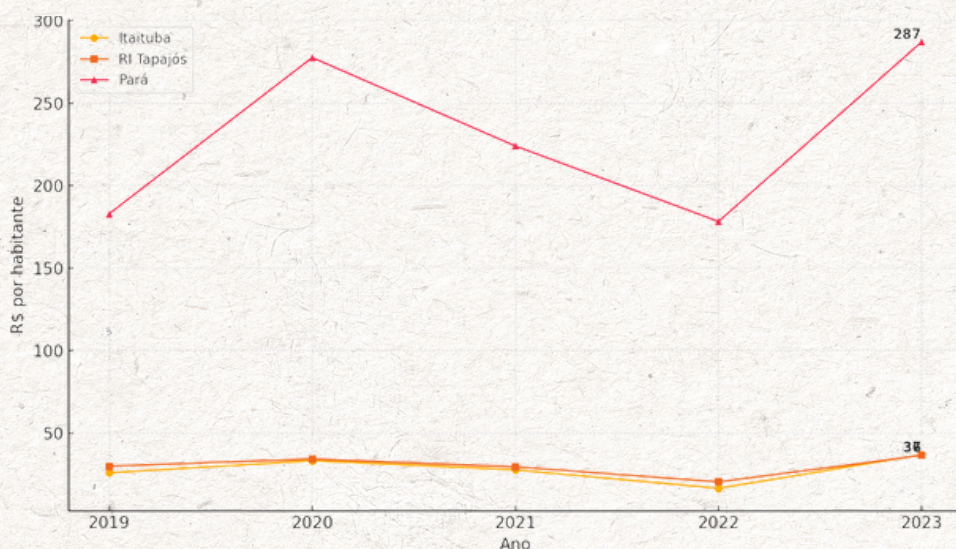
valores significativamente superior para a preservação aquática em todo o período analisado. Os gastos subiram de R\$ 184 em 2019 para R\$ 287 em 2023, com um pico de R\$ 278 já em 2020. Esse padrão revela um compromisso mais intenso do governo estadual com políticas ambientais voltadas à proteção dos corpos d'água, o que pode envolver projetos de despoluição, fiscalização, educação ambiental e gestão integrada dos recursos





hídricos. A retomada do crescimento em 2023 reforça o alinhamento com a agenda ambiental e climática em nível estadual (Gráfico 25).

Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Itaituba x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 36/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

ODS15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.

Percentual da Área de Floresta em relação à área total

No município de Itaituba, o percentual de área coberta por floresta manteve-se em patamar elevado ao longo de todo o período, iniciando em cerca de 88% em 2019 e reduzindo-se de forma leve e gradual até atingir 86,7% em 2023. Apesar da leve queda, o município ainda preserva uma proporção significativa de cobertura florestal, o que pode ser explicado por sua extensa área territorial, com predomínio de vegetação nativa. A estabilidade relativa do indicador sugere que o desmatamento, embora presente, não alterou drasticamente a configuração ecológica do território no curto prazo (Gráfico 26).

Na RI Tapajós, observa-se uma tendência de redução mais acentuada da cobertura

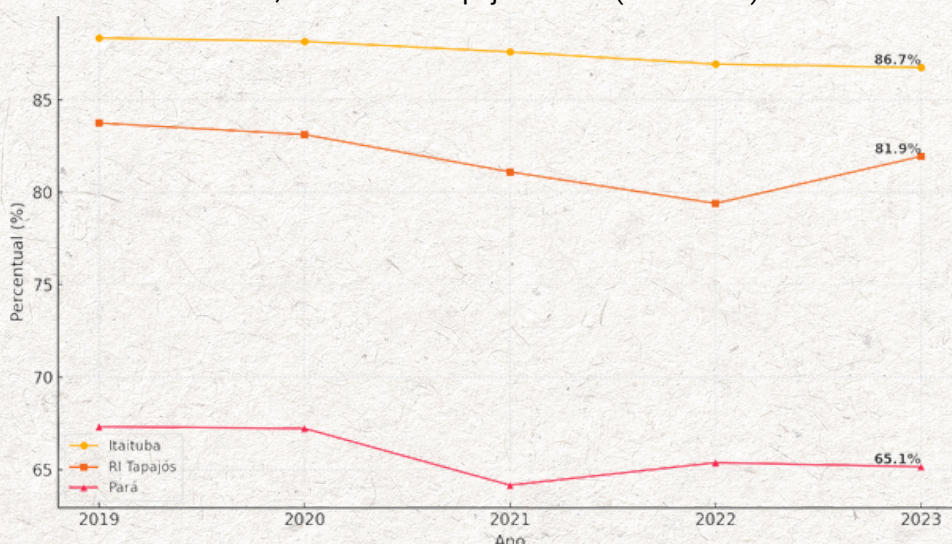
florestal, passando de 83,8% em 2019 para um mínimo de 79,6% em 2022, com ligeira recuperação para 81,9% em 2023. Essa dinâmica indica pressões maiores sobre o uso do solo na região, possivelmente vinculadas à expansão agropecuária, garimpo e infraestrutura. A retomada em 2023 pode estar associada a



ações de monitoramento ambiental ou recuperação de áreas degradadas, embora o dado também possa refletir variações metodológicas ou climáticas (Gráfico 26).

No estado do Pará, o percentual da área florestal mostrou tendência de queda até 2021, saindo de 67,0% em 2019 para 64,1%, antes de estabilizar em 65,1% em 2023. A perda de floresta em nível estadual segue sendo um dos principais desafios ambientais do Pará, dada a pressão contínua de atividades econômicas sobre o bioma amazônico. Apesar da ligeira recuperação recente, o patamar atual ainda representa um quadro de alerta, demandando políticas públicas consistentes de conservação e uso sustentável do território (Gráfico 26).

Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Itaituba x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 86,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta foi alcançada.

Percentual da Área Desmatada em relação à área total

Em Itaituba, o percentual de área desmatada aumentou de forma constante ao longo do período, partindo de 9,3% em 2019 até atingir 11,2% em 2023. Embora o crescimento seja moderado, ele confirma o avanço da pressão antrópica sobre os recursos naturais locais. A elevação progressiva da área desmatada, mesmo em um território com ampla cobertura florestal, indica que a expansão de atividades econômicas ainda ocorre em detrimento de áreas nativas, o que compromete a sustentabilidade a longo prazo (Gráfico 27).

Na RI Tapajós, a tendência foi mais volátil. O percentual subiu de 10,0% em 2019 para um pico de 15,9% em 2022, antes

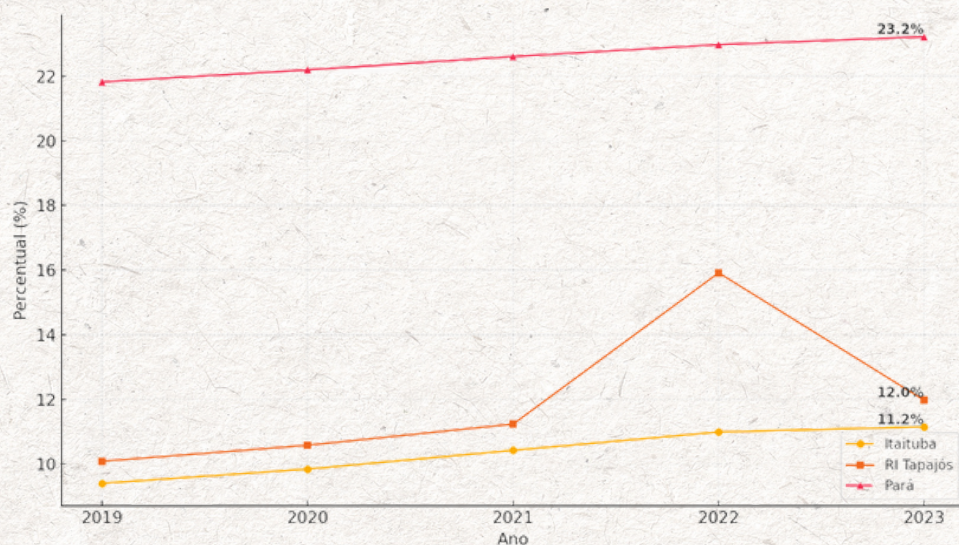
de recuar para 12,0% em 2023. A forte oscilação pode estar relacionada a surtos de desmatamento associados a anos de maior flexibilização ambiental, seguidos de iniciativas de fiscalização ou desaceleração econômica que reduziram a pressão em 2023. Mesmo com o recuo, o índice atual ainda é elevado, sinalizando riscos significativos para a integridade ambiental regional (Gráfico 27).

No estado do Pará, o indicador aumentou de forma contínua e menos instável, passando de 21,8% em 2019 para 23,2% em 2023, refletindo o crescimento acumulado da conversão de áreas florestais em usos agrícolas, urbanos ou extrativos. A persistência des-

se padrão ao longo dos anos evidencia que o desmatamento segue como um processo estrutural no estado. O dado ressalta a importância de ações integradas entre entes federativos, setor produtivo e sociedade civil para conter o avanço do desmatamento e promover alternativas sustentáveis (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Itaituba x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 11,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

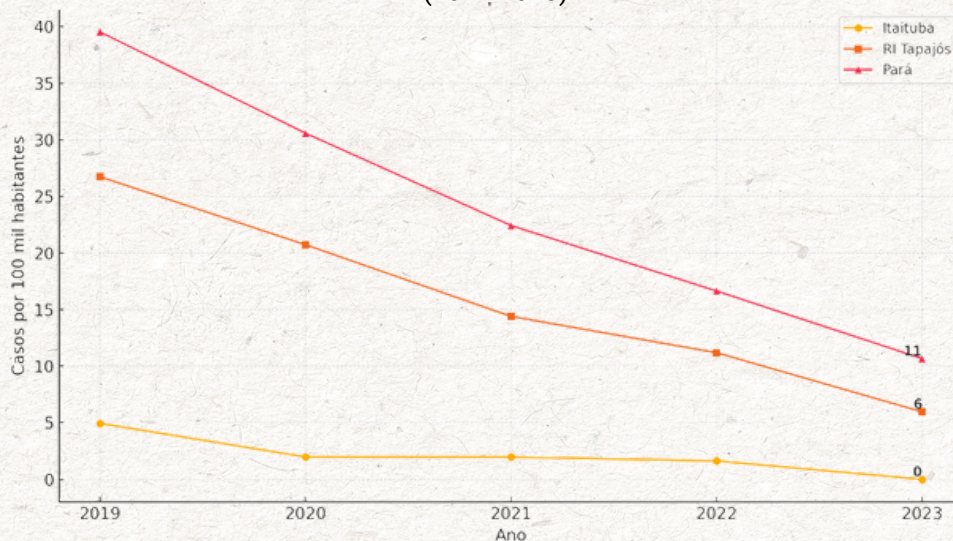
Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

Em Itaituba, o indicador de trabalho infantil apresentou uma queda consistente e significativa ao longo do período, partindo de 5 casos por 100 mil habitantes em 2019 e chegando a 0 casos em 2023. A trajetória de redução praticamente contínua reflete avanços na política de proteção à infância no município, seja por meio de ações educativas, de fiscalização ou programas sociais voltados a famílias em vulnerabilidade. A eliminação do trabalho infantil registrado em 2023 é um dado positivo e merece atenção como boa prática (Gráfico 28).

Na RI Tapajós, a tendência também foi de queda significativa, embora os valores tenham permanecido mais altos do que em Itaituba. O índice caiu de 26,7 casos por 100 mil habitantes em 2019 para 6,3 em 2023, revelando progresso importante, mas ainda com a persistência de situações de exploração do trabalho infantil em parte da região. A trajetória indica que, embora as ações de combate estejam surtindo efeito, a vulnerabilidade socioeconômica ainda exerce influência sobre a permanência do problema (Gráfico 28).

Para o estado do Pará, a redução foi igualmente acentuada, passando de 39,5 casos por 100 mil habitantes em 2019 para 11,0 em 2023. A tendência descendente mostra o impacto de políticas públicas integradas em nível estadual, como campanhas de conscientização, ampliação da cobertura escolar e atuação do sistema de garantia de direitos. Ainda assim, os valores mais elevados em comparação com Itaituba e a RI Tapajós evidenciam desigualdades regionais e a necessidade de reforçar o combate em áreas mais críticas (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Itaituba x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

No município de Itaituba, a taxa de homicídios mostrou forte recuo inicial, caindo de 73,3 em 2019 para 50,4 em 2020 e 49,4 em 2021, indicando melhorias importantes no controle da violência letal. Em 2022, houve leve alta (52,1), seguida por nova redução em 2023, quando o índice chegou a 43,0, ainda alto em termos comparativos. Esses dados sugerem que, apesar dos avanços, Itaituba segue enfrentando desafios relevantes em segurança pública, possivelmente ligados a conflitos fundiários, crimes ambientais e questões urbanas

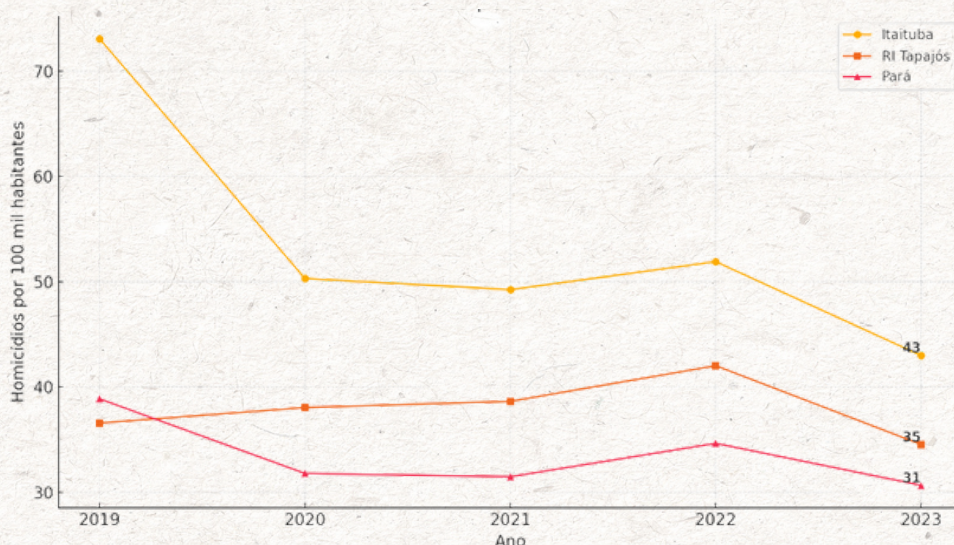
(Gráfico 29).

Na RI Tapajós, a taxa de homicídios foi mais estável e menos volátil. Partindo de 36,4 em 2019, ela se manteve próxima desse patamar até 2021, com leve alta para 41,8 em 2022, antes de cair para 35,1 em 2023. A região demonstra relativa estabilidade com oscilações dentro de uma faixa elevada, mas inferior à observada em Itaituba. A tendência final de queda pode ser resultado de ações coordenadas de segurança e prevenção em áreas críticas da RI (Gráfico 29).

No estado do Pará, a taxa

apresentou comportamento semelhante ao da RI Tapajós, com queda de 39,1 em 2019 para 31,0 em 2023. O recuo contínuo ao longo do período revela avanços estruturais na área de segurança pública, com possíveis reflexos da ampliação da presença policial, uso de tecnologias de monitoramento, fortalecimento da inteligência policial e políticas de prevenção. A melhoria progressiva é positiva, mas ainda insuficiente diante dos altos índices que colocam o Pará entre os estados com maiores taxas de homicídios do país (Gráfico 29).

Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Itaituba x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.



Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

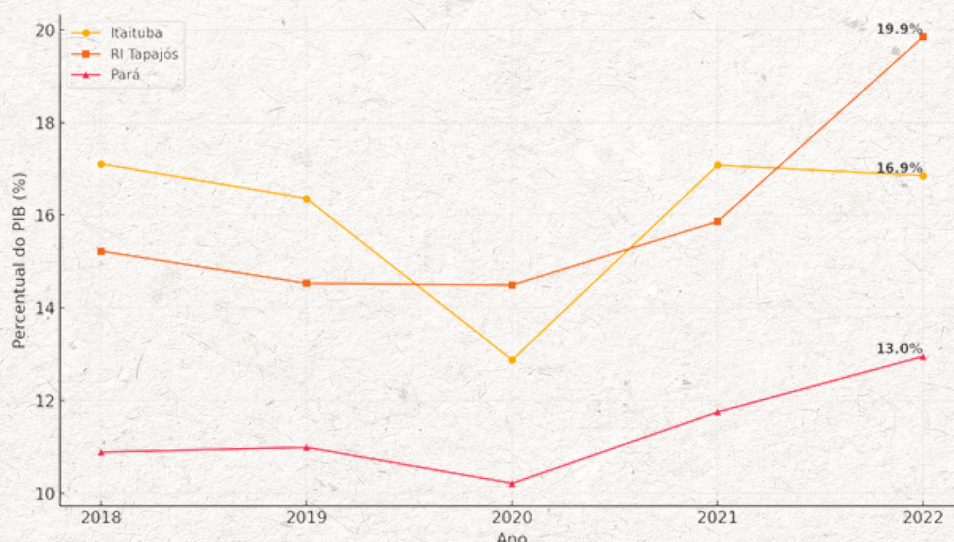
O indicador Gasto Público Municipal como percentual do PIB no município de Itaituba apresentou uma trajetória oscilante entre 2018 e 2022. Em 2018, o valor era de 17,1% do PIB, com leve redução em 2019 (16,4%) e queda mais expressiva em 2020, quando atingiu 12,9%, o ponto mais baixo da série. Essa redução pode estar relacionada à retração de receitas públicas durante o primeiro ano da pandemia e à expansão proporcional do PIB com menor crescimento do gasto. A partir de 2021, houve recuperação imediata (17,1%), com leve recuo em 2022 para 16,9%, retomando, portanto, patamar próximo ao de 2018 (Gráfico

30).

Na Região de Integração Tapajós, o comportamento foi mais linear nos três primeiros anos, com o percentual oscilando levemente entre 15,2% (2018) e 14,5% (2020). A partir de 2021, a RI passou a apresentar crescimento mais acentuado, encerrando 2022 com 19,9% do PIB comprometido com os gastos públicos municipais, o maior valor entre os três territórios. Esse salto pode refletir políticas de descentralização fiscal, crescimento do gasto em saúde e assistência social, ou aumento do investimento público como resposta às demandas sociais e estruturais acumuladas (Gráfico 30).

Já o estado do Pará manteve, ao longo do período, os menores percentuais entre os três recortes, mas com tendência ascendente nos últimos dois anos. Em 2018 e 2019, os gastos públicos municipais correspondiam a cerca de 11%, recuando para 10,2% em 2020, com posterior aumento para 11,7% em 2021 e 13,0% em 2022. Esse crescimento recente sinaliza uma ampliação dos esforços municipais no estado como um todo, ainda que em ritmo mais moderado do que na RI Tapajós. Os dados apontam para um fortalecimento paulatino da capacidade de execução orçamentária municipal em nível estadual (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Itaituba x RI Tapajós x Pará (2018-2022)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 16,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta não foi alcançada.

Fonte: STN e IBGE.

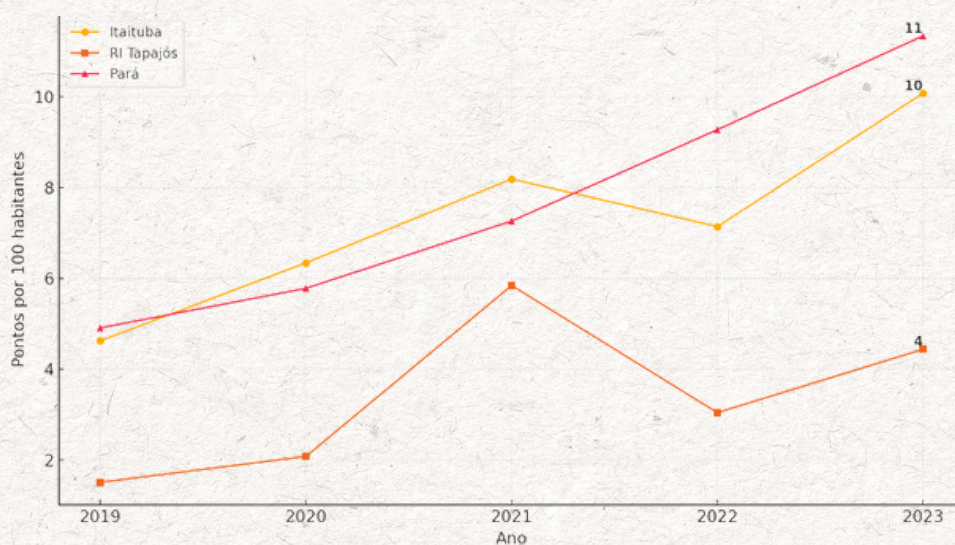
Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

O indicador Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 habitantes) no município de Itaituba apresentou crescimento significativo ao longo do período analisado, partindo de 4,6 em 2019 e atingindo 10,0 em 2023. Houve uma tendência clara de expansão da infraestrutura de internet fixa, com destaque para o crescimento contínuo até 2021 (8,2), pequena oscilação negativa em 2022 (7,2) e novo avanço expressivo em 2023. Esses dados indicam avanços importantes na conectividade domiciliar, possivelmente impulsionados por maior demanda por serviços digitais, especialmente no contexto pós-pandemia (Gráfico 31).

Na Região de Integração Tapajós, o comportamento do indicador foi mais irregular e com níveis mais baixos ao longo de todo o período. A taxa saltou de 1,5 em 2019 para 5,8 em 2021, sinalizando um esforço inicial de ampliação da cobertura, mas recuou significativamente para 2,8 em 2022, antes de uma leve recuperação para 4,0 em 2023. Essa oscilação pode estar associada à instabilidade de investimentos em infraestrutura digital ou a dificuldades logísticas de implantação em áreas de difícil acesso, revelando um desafio persistente para garantir acesso equitativo à internet fixa na região (Gráfico 31).

Já no estado do Pará, o indicador evoluiu de forma mais estável e progressiva, iniciando em 4,9 em 2019 e chegando a 11,0 em 2023, com crescimento ano após ano. Esse padrão sugere um processo contínuo de expansão da banda larga fixa em nível estadual, com Itaituba acompanhando de perto essa tendência, enquanto a RI Tapajós segue defasada. A melhoria na média estadual indica políticas de fomento à inclusão digital e investimentos estruturais que estão gradualmente ampliando o acesso à internet fixa, elemento fundamental para educação, trabalho e cidadania digital (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Itaituba x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

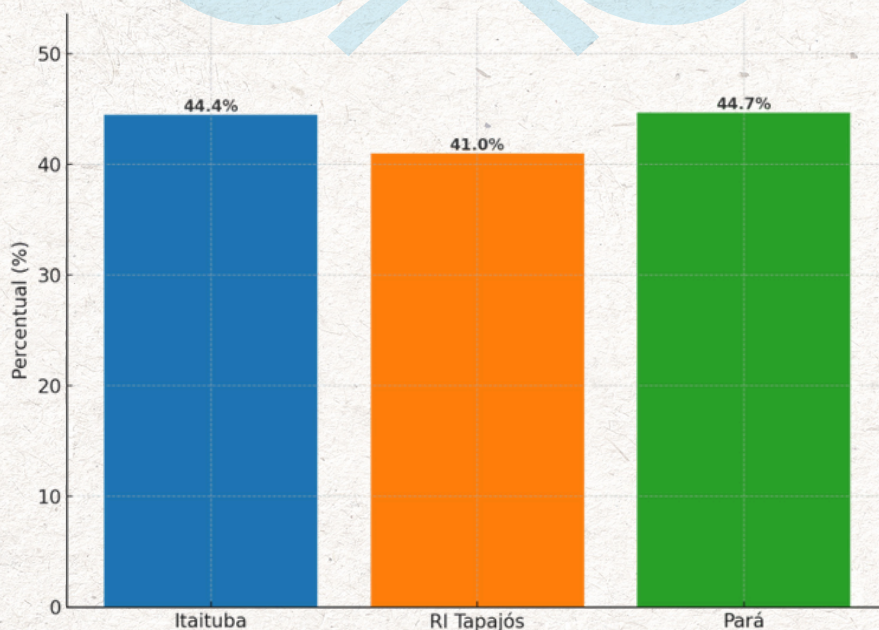
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 4 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 — e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA — foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Itaituba** registrou um IDS de **44,4%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Itaituba x RI Tapajós x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais**. In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**. Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.

Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposta por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multisetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descortina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregada e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcadores de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23.2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.

Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletivos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetadas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisetorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Itaituba na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Acará e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abarcar novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes dos modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas.

Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

